



Ministério da Educação – MEC  
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro Brasileira  
Diretoria de Educação Aberta e a Distância – DEAAD  
Programa Nacional de Administração Pública – PNAP

Curso de Bacharelado em Administração Pública

**Ana Paula Mendes Araújo  
Maria Ângela da Silva**

**OS INSTRUMENTOS UTILIZADOS NO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E AS  
CONTRIBUIÇÕES PARA A SUPERAÇÃO DA VULNERABILIDADE NO  
MUNICÍPIO DE JAGUARUANA – CEARÁ.**

Polo Aracati – CE  
2017

**Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro- Brasileira  
Direção de Sistema Integrado de Bibliotecas da UNILAB (DSIBIUNI)  
Biblioteca Setorial Campus Liberdade  
Catalogação na fonte**

**Bibliotecário: Gleydson Rodrigues Santos – CRB-3 / 1219**

---

A687g Araújo, Ana Paula Mendes.

Os instrumentos utilizados no programa bolsa família e as contribuições para a superação da vulnerabilidade no município de Jaguaruana – Ceará. / Ana Paula Mendes Araújo; Maria Ângela da Silva. – Aracati, 2017.

46 f.; 30 cm.

Monografia apresentada ao Curso de Administração Pública da Diretoria de Educação Aberta e a Distância – DEAAD da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Aparecida Silva.

Inclui quadros e referências.

1. Programa Bolsa Família (Brasil). 2. Gestão pública. I. Título. II. Silva, Maria Ângela da.

CDD 353.50981

---



Ministério da Educação – MEC  
Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro Brasileira  
Diretoria de Educação Aberta e a Distância – DEAAD  
Programa Nacional de Administração Pública – PNAP

Curso de Bacharelado em Administração Pública

**OS INSTRUMENTOS UTILIZADOS NO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E AS  
CONTRIBUIÇÕES PARA A SUPERAÇÃO DA VULNERABILIDADE NO  
MUNICÍPIO DE JAGUARUANA – CEARÁ.**

Monografia apresentada ao Curso de  
Graduação em Administração Pública  
como requisito parcial para obtenção  
do título de Bacharel em Administração  
Pública.

Aluna: ANA PAULA MENDES ARAÚJO  
MARIA ÂNGELA DA SILVA  
Orientadora: Maria Aparecida Silva

ARAÚJO, Ana Paula Mendes; SILVA, Maria Ângela. Os instrumentos utilizados no Programa Bolsa Família e as contribuições para a superação da vulnerabilidade no Município de Jaguaruana – Ceará. 43 pp. 2017. Monografia (Graduação) – Polo EAD de Aracati – CE. Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. Redenção, 2017.

## **Resumo**

É importante compreender que os instrumentos utilizados no Programa Bolsa Família (PBF), está intimamente relacionado com as contribuições para a superação da vulnerabilidade no município de Jaguaruana. Dessa forma o presente relatório trata de uma análise acerca da compreensão dos instrumentos utilizados no PBF, no sentido de mensurar as contribuições que os mesmos oferecem para superar a vulnerabilidade no município. O principal objetivo do estudo é analisar as contribuições que os instrumentos utilizados no PBF oferecem para a superação da vulnerabilidade dos munícipes em Jaguaruana, além de identificar os problemas enfrentados pela referida instituição no atendimento aos seus usuários e, compreender como a organização do PBF enfrenta os problemas existentes. No entanto, a pesquisa bibliográfica e documental, associada a pesquisa de campo contribuiu para que se ampliasse o conhecimento sobre a organização funcional do PBF e as ações estratégicas desenvolvidas como suporte para a superação das situações indesejadas dos beneficiários. Dessa forma o estudo evidencia a importante contribuição da equipe instrumentalizada de conhecimentos, para a realização de ações coerentes e eficazes junto as famílias. No entanto, o trabalho tornou-se relevante tanto para os acadêmicos, quanto para sociedade, uma vez que possibilitou a compreensão do papel do PBF na mudança socioeconômica e financeira das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família.

**Palavras Chave:** Bolsa Família. Instrumentos. Beneficiários.

## Sumário

<b>1 INTRODUÇÃO</b> .....	4
<b>2 COMBATE A POBREZA NO BRASIL E O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA (PBF)</b>	6
2.1 Iniciativas para o combate à pobreza no Brasil .....	6
2.2 A política social e a atuação do Assistente Social.....	9
2.3 Instituição do Programa Bolsa Família (PBF) .....	11
<b>3 PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA</b> .....	16
3.1 A concepção da metodologia.....	16
3.2 A coleta e a análise de dados.....	19
3.2.1 Resultados.....	20
<b>4 O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO MUNICÍPIO DE JAGUARUANA</b> .....	22
4.1 A política de Assistência Social em Jaguaruana – Especificidade do PBF .....	22
4.1.1 Centro de Referência da Assistência Social (CRAS) .....	22
4.1.2 Serviços .....	23
4.2 Serviços desenvolvidos pelo Assistente Social no Bolsa Família .....	28
4.3 Relevância do estudo para os acadêmicos .....	31
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	34
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	38
<b>APÊNDICE A</b> .....	40
<b>APÊNDICE B</b> .....	41
<b>APÊNDICE C</b> .....	42
<b>APÊNDICE D</b> .....	43
<b>APÊNDICE E</b> .....	44

## 1 INTRODUÇÃO

Levando em consideração que o PBF é um programa de transferência de renda que muito tem contribuído para a melhoria da qualidade de vida dos brasileiros que se encontram abaixo da linha de pobreza, o mesmo tem refletido de forma positiva dentro da área da educação, através do cumprimento das condicionalidades referentes a frequência das crianças em idade escolar, na sala de aula, como ainda, na área da saúde, através de seu monitoramento as condicionantes da saúde preventiva, seja através das vacinações, peso e medida, quanto no acompanhamento as gestantes no período do pré-natal.

A política de inserção produtiva refletida pelo programa de transferência de renda, ou seja, o PBF, busca capacitar a população jovem, como também a adulta a elevar o nível de conhecimento para atuar no mercado de trabalho, através da oferta de capacitações e cursos de pequena e média duração, o que tem implicado no crescimento de iniciativas autônomas nas pequenas cidades interioranas.

De posse da relevante importância que o Programa Bolsa Família (PBF), tem apresentado no cenário socioeconômico brasileiro e a minha formação acadêmica em Administração Pública, a escolha do referido tema proporciona aprofundar os conhecimentos acerca não apenas do PBF, mas de toda a política que fundamenta o referido programa, além de contribuir para o conhecimento dos instrumentos e sua importância para o desenvolvimento das inúmeras ações que podem e devem serem realizadas de acordo com a realidade, sócio, econômica e cultural de cada município brasileiro.

Construir o referido tema de pesquisa e desenvolver o estudo com o subsídio teórico e conhecimentos práticos não só possibilitará a compreensão acerca da funcionalidade do programa, como ainda, contribuirá para as análises necessárias quanto aos instrumentos utilizados pelo referido programa para subsidiar as ações desenvolvidas junto as famílias beneficiárias do mesmo, no município de Jaguaruana-CE.

Por se tratar de um estudo que visa identificar os instrumentos utilizados no Programa bolsa Família (PBF) e as contribuições para a superação da vulnerabilidade no município de Jaguaruana, dessa forma, conhecer o funcionamento do programa no município, não basta, visto que se faz necessário

compreender toda a sua funcionalidade, bem como, benefícios, ações e serviços que estão correlacionados com o PBF.

Com a ampla funcionalidade do PBF, torna-se comum que haja dificuldades em compreender toda a estrutura de funcionamento do programa nos municípios, seja por parte das famílias beneficiárias, quanto pelos acadêmicos que se sentem motivados a buscar estudar o referido programa.

É comum ainda, que a visão da sociedade desinformada veja o PBF como o único programa de transferência de renda, embora se saiba que o mesmo seja um entre os demais instituídos dentro do Programa Brasil sem Miséria, criado pelo Governo Federal.

Tais dificuldades implicam na necessidade de ampliar as fontes de estudo e dissipar entre os acadêmicos o conhecimento da política de funcionamento do PBF, dentro do Programa Brasil sem Miséria.

Para tanto o estudo parte do seguinte questionamento:

- Quais os instrumentos utilizados no Programa bolsa família (PBF) utilizados para a superação da vulnerabilidade no Município de Jaguaruana?
- Que tipo de contribuição os instrumentos utilizados no PBF trazem para as famílias usuárias do referido programa, em Jaguaruana?

Assim, o presente estudo tem como objetivo geral, analisar as contribuições que os instrumentos utilizados no PBF oferecem para a superação da vulnerabilidade dos munícipes, em Jaguaruana. Já os objetivos específicos têm por finalidade, identificar os principais problemas enfrentados pela instituição no atendimento aos usuários do PBF; conhecer o PBF em seus diferentes aspectos funcionais e, compreender como a organização responsável pelo PBF enfrenta os problemas existentes no município de Jaguaruana.

## **2 COMBATE A POBREZA NO BRASIL E O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA (PBF)**

### **2.1 Iniciativas para o combate à pobreza no Brasil**

É fato que novas formas de intervenção estatal contra a pobreza vêm sendo implementadas nos dias atuais, sob a forma de políticas sociais focalizadas nos grupos mais vulneráveis da população, como os programas de transferências condicionadas de renda. Essa alteração no padrão de políticas sociais voltadas para o combate à pobreza ocorre em diversos países da América Latina, inclusive no Brasil.

Dessa forma, as políticas sociais no Brasil passaram de um padrão de proteção social vinculado ao mundo do trabalho, restrito a categorias específicas de trabalhadores, o que se configura como um sistema "corporativo" de proteção e de acordo com Santos (1979), o caracteriza como "cidadania regulada", mediante o padrão de políticas sociais de caráter regressivo no período autoritário, a sua expansão com a universalização, que se deu na pós-redemocratização.

De acordo com Silva, Yasbek e Di Giovanni (2007), os programas de transferência condicionada de renda inserem-se em um novo padrão de programas sociais voltados à população mais pobre. Os referidos programas surgiram como políticas de combate à pobreza primeiro no plano local, em meados dos anos de 1990, como ações de garantia de renda mínima, denominada de "bolsa escola".

Ainda para os referidos autores os programas federais vieram depois, primeiro com o Programa Bolsa Escola, em 2001, no governo FHC, e depois com a unificação das diversas ações e o aumento de seu escopo e relevância, no âmbito do Programa Bolsa Família, em 2003, no governo Lula. Assim, as experiências pioneiras e pontuais possibilitaram o aperfeiçoamento dos programas de transferência de renda da rede de proteção social brasileira.

De acordo com Mirandola Bichir, (2010), no ano de 1997, o governo FHC aprovou a Lei nº 9.533, que autorizava o Executivo a conceder apoio financeiro aos municípios que instituíssem programas de garantia de renda mínima associados a ações socioeducativas. O apoio implicou no co-financiamento de até 50% dos programas instituídos nos municípios que não tivessem recursos suficientes.

As denominadas "bolsas de estudos", resultado da contrapartida das famílias beneficiárias, a partir da frequência escolar mínima exigida, tornou-se o primeiro programa de garantia de renda mínima (PGRM) nacional. Assim, a prioridade foi para os municípios que apresentavam baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

De acordo com Hall (2006), a partir do governo Lula expandiu-se e consolidou-se a rede de assistência social herdada do governo FHC, o que implicava no surgimento de medidas na área de assistência social, com ênfase nas políticas focadas no combate à pobreza e à desigualdade, visando aumentar a eficácia do gasto social e a efetividade dos programas e das políticas voltadas aos grupos de menor renda.

Segundo a Medida Provisória 132, de 2003, na área social, uma das principais iniciativas foi o Fome Zero, que previa a participação dos três níveis de governo e da sociedade civil no combate à pobreza, tornando-se um programa amplo. Mesmo colocando a pobreza e a desigualdade na agenda pública, não conseguiu articular O Fome Zero com as políticas de seguridade social.

A partir do ano de 2005, o Programa Bolsa Família (PBF), passou a unificar o Bolsa-Escola, o Bolsa Alimentação e o Auxílio-Gás. Como ainda, buscou unificar pela lei 10.836|2004 e foi regulamentado pelo decreto N° 5.209|2004, como estratégias cooperada e coordenada entre os entes federados para o combate à pobreza, a inclusão social e às famílias em situação de vulnerabilidade. Vale ressaltar que a renda transferida não exigia contrapartidas, quando se tratando das famílias extremamente pobres.

Segundo Soares e Sátyro (2005), as obrigações entre a União e os municípios na operação do programa ficaram mais claras a partir de 2005, com os termos de adesão firmados entre o governo federal e os municípios, de forma que ao governo federal competiu coordenar a implantação e supervisionar a execução do Cadastro Único, enquanto o governo estadual apoia tecnicamente e supervisiona os municípios para a realização do cadastro.

De acordo com Brasil (2007), compete aos municípios planejar e executar o cadastramento; transmitir e acompanhar o retorno dos dados enviados à Caixa Econômica Federal (CEF); manter atualizada a base de dados do Cadastro Único e prestar apoio e informações às famílias de baixa renda sobre o cadastramento.

Para os autores Soares e Sátyro (2005), o programa bolsa família tem efeitos negativos na vida das famílias e conseqüentemente no país, causando dependência financeira e comodismo. Segundo eles, as pessoas ficam acostumadas a viver da caridade do estado, e se empenham menos, não buscando os próprios meios para superar a pobreza. Pois as dificuldades que as famílias encontram em manter as condicionalidades exigidas pelo programa, sejam por motivos decorrentes da gestão do programa, ou ainda, motivos governamentais. Na realidade são pontos contenciosos do PBF são as portas de saída. Afirmam que, se a falta de empenho, a falta de esperança no futuro ou de expectativas pouco ambiciosas é importantes causas da pobreza de uma família, então um programa como o PBF pode ter efeitos de longo prazo negativos.

Mas de acordo com os autores Estrella e Ribeiro (2008), O bolsa família é um programa de combate e superação da pobreza. Pois além da transferência de renda, dá oportunidade de os usuários melhorar as condições sócias econômicas ao capacitar para o mercado de trabalho através dos cursos do PRONATEC. Destacam também que este é o mais importante programa de transferência de renda que o estado brasileiro já constituiu para diminuir os impactos socioeconômicos provocados pela pobreza e pela miséria em que vive uma parcela significativa da população de nosso país. Contradizem as ideias dos autores antes citados, ao frisar as condições para que as famílias cumpram, possibilitando acesso ao benefício, desconstruindo todas as críticas vinculadas ao Programa, pois os impactos positivos provocados pelo acompanhamento sistemático da frequência escolar e da saúde reduzem significativamente índices como a evasão, a reprovação, a desnutrição, entre outros aspectos.

Estar evidente de que existem correntes de pensamentos contrários que defendem a ideia de que a pobreza é causada seja por problemas estruturais da própria economia e sociedade do país, seja por características das famílias que as políticas públicas não são capazes de mudar, pelo menos no curto prazo. Mas é fato que o programa Bolsa Família está presente na vida de milhares de famílias brasileiras, e concordamos com Estrella e Ribeiro em suas ideias, pois o programa ajuda a diminuir impactos socioeconômicos e disponibiliza a população pobre e em situação de vulnerabilidade social oportunidades de poder sobreviver com mais dignidade.

## 2.2 A política social e a atuação do Assistente Social

A recente configuração das políticas sociais contrapõe-se aos princípios universais das políticas sociais tradicionais, orientadas pela lógica do “*Welfare State*”, ou seja, o tipo capitalista de Estado (social de direito) e, assume a lógica “*Workfare State*” do inglês *Work* (trabalho) *Welfare* (Bem-estar), onde seleciona grupos e segmentos em função de características e, ou méritos, em detrimento da universalização dos direitos sociais.

De acordo com Sposati (2011), o momento pode ser compreendido como sendo o de conversação das políticas sociais de direito, em políticas de combate à pobreza, o que implica na finalidade de reduzir os índices de miséria, sem a garantia do alcance efetivo dos direitos sociais.

O referido modelo de política social atualmente configurado no país é fundamentado na teoria de “*Workfare State*”, criado nos anos de 1960, nos Estados Unidos, designava o bem-estar em troca ou à custa de trabalho. Neste sentido, o método e filosofia associados a ideia da referida teoria, segundo Peck (2003) é caracterizado pela efetivação de políticas sociais que estimulam o mérito competitivo e excludente, refletindo em seus destinatários o hábito do trabalho assalariado, da busca resignada por empregos, além da submissão à disciplina dos treinamentos profissionais exigidos por um inconstante mercado de trabalho.

Vale salientar que o presente modelo de políticas sociais passa por uma regulação partidária que emerge da retribuição expressa na obrigatoriedade de participação dos cidadãos em medidas de ativação direcionadas ao mercado de trabalho ou, em medidas que condicionam benefícios sociais a determinados comportamentos dos beneficiários da referida política (MOSER, 2011).

De acordo com Carnelessi (2016), as características das políticas sociais contemporâneas designadas pela lógica do *Workfare State* se concentram em três aspectos:

Obrigatoriedade de participação dos cidadãos em medidas de ativação voltadas para o mercado de trabalho; Condicionamento dos benefícios sociais a determinados comportamentos do beneficiário, como os do PBF, que exigem contrapartidas geralmente nas áreas da educação e saúde para o recebimento do benefício;

A focalização na pobreza e na extrema pobreza, definidas em geral por restritivas *per capita*s (CARNELOSSI 2016, p.126).

Levando em consideração que a presença de valores é inegável nas ações da vida social, não resta dúvidas de que este novo modelo de assistência social, repercute no campo dos valores e princípios que norteia a concepção de gestão e execução das políticas sociais e, posteriormente, presentes no cotidiano do trabalho do assistente social que atua na política de assistência social, em particular, no caso da execução do PBF.

Dessa forma, o formato das políticas sociais, delineado por uma ortodoxia moralista, se confronta com os valores e os princípios historicamente construídos no processo de consolidação do Serviço Social, comprometidos com a construção de uma nova “sociabilidade”, designado por parâmetros para atuação de assistentes sociais na política de assistência social (CFESS, 2009).

No entanto, analisar o PBF requer voltar a percepção ao seu *locus* de execução, isto é, os serviços socioassistenciais, em especial, o Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), além da Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF).

Por sua vez, a assistência social enquanto política pública constitucional, torna-se referência nacional a partir do reconhecimento de sua expansão em todo o território brasileiro, a partir da primeira década do terceiro milênio, quando foi instituída a referida política ancorada nos inúmeros marcos regulatórios.

É fato que a instituição da política pública de assistência social no Brasil configura o avanço expansivo, além do reconhecimento dos direitos sociais, uma vez que seus princípios universais implicam na ampliação da proteção social e da cidadania para todos os brasileiros, indiferentemente (LAVINIA, 2012).

Vale lembrar que mesmo um número significativo de profissional do Serviço Social não legitimando a referida política de assistência social, no contexto histórico, a referida categoria profissional, de posse da compreensão universal de direitos, se posiciona a seu favor. Neste sentido, o Conselho Federal de Serviço Social (CFESS, 2009), através dos Parâmetros para atuação de assistentes sociais na política de assistência social reconhece o processo de instituição da assistência social como direito social e política de seguridade social como resultado da transposição da concepção de favor, da pulverização e dispersão, ao estatuto de política pública e da ação focal e pontual à dimensão da universalização.

Percebe-se que os valores e princípios da assistência social apresentam consonância com os valores que fundamentam o Código de Ética do Serviço Social, uma vez que ambos articulam direitos amplos, universais e equânimes, orientados pelo desejo de superação da desigualdade fundamentam o posicionamento em defesa da assistência social, por parte destes profissionais (CFESS, 2009).

### **2.3 Instituição do Programa Bolsa Família (PBF)**

De acordo com o Informativo MDS (2004), no início de 2004 foi criado o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDSCF), com o objetivo de integrar as ações sociais, do Programa Fome Zero, a assistência social, a renda de cidadania e a segurança alimentar.

A instituição do MDS, tornou-se possível a criação de uma base unificada para viabilizar a estratégia de “aprofundar a convergência de iniciativas, além de ampliar sua abrangência geográfica e, principalmente fomentar parcerias com Estados, Municípios e Sociedade civil” (INFORMATIVO DO MDS, 2004).

De acordo com Souza e Filho (2005), o PFZ se aorta do princípio de que o combate eficaz à pobreza e fome exige a efetivação de políticas sociais, que se voltem a formação de redes de proteção social.

Para os autores SILVA et al. (2001), as políticas de combate à fome fazem parte de um conjunto mais amplo de instrumentos que formam uma rede de seguridade social e dão sustentação às diversas situações de vulnerabilidade. Do ponto de vista da referida concepção de política, a fome é considerada como sendo uma das inúmeras necessidades que acometem as pessoas pobres.

No entanto, a pobreza é uma situação complexa que de acordo com Dedecca & Barbieri, não necessariamente é expresso pelo estado de fome. Dessa forma, o desenvolvimento das ações sociais se voltaram ao âmbito emergencial das políticas, limitando-se à instalação de restaurantes populares nos grandes centros, aquisição de produtos da agricultura familiar, implantação de hortas comunitárias, distribuição emergencial de alimentos e ampliação do Programa Bolsa Família (INFORMATIVO DO MDS, 2004).

O Programa Bolsa Família (PBF), foi instituído pelo Governo Federal através da Lei Nº. 10.836 de 09 de janeiro de 2004, e é um programa de transferência de

renda criado para melhorar a vida das famílias pobres e extremamente pobres em todos os municípios brasileiros.

Para Belik & Del Grossi (2003), as políticas de transferência de renda não apresentaram consistência no que se refere a erradicar a pobreza, mas através Programa Bolsa Família (PBF), foram incorporados aos benefícios, as condicionalidades de acompanhamento da saúde e estado nutricional das famílias, acompanhamento da frequência escolar das crianças em idade escolar e a educação alimentar.

De acordo com o MDS (2004), os principais objetivos do PBF são:

- a) combater a fome e incentivar a segurança alimentar e nutricional;
- b) promover o acesso das famílias mais pobres à rede de serviços públicos, em especial, de saúde, educação e assistência social;
- c) apoiar o desenvolvimento das famílias que vivem em situação de pobreza e extrema pobreza;
- d) combater a pobreza e a desigualdade; e
- e) incentivar que os vários órgãos do poder público trabalhem juntos nas políticas sociais que ajudem as famílias a superarem a condição de pobreza (BRASIL, 2004).

Vale salientar que embora sejam claros os objetivos, o alcance dos mesmo não se efetivam com a intensidade em que prevê o PBF, visto que se trata de uma questão complexa que envolve ações integradas com as diversas políticas públicas, além de associa-se a uma realidade vivenciada pelas famílias, na qual se evidencia a baixa escolaridade e o despreparo para o mercado de trabalho.

No PBF, tanto a gestão quanto a execução são acompanhadas pelos assistentes sociais no âmbito da política de assistência social, desencadeando, novas requisições, demandas e possibilidades ao trabalho do assistente social. Sendo assim, o trabalho do assistente social na operacionalização do Bolsa Família em seu formato focalizado e condicionado, representa a expressão máxima da nova configuração das políticas sociais (RAICHELIS, 2010).

De acordo com o Guia para Acompanhamento das Condicionalidades do programa Bolsa

Família (2010), o PBF atualmente alcança em torno de 12 milhões de famílias, beneficiando assim, uma população superior a 48 milhões de pessoas, isso no âmbito nacional e segundo a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), realizada pela Secretaria Nacional de Renda e Cidadania (SENARC/MDS),

a maioria dos beneficiários se encontram concentrados na região Nordeste, ou seja aproximadamente 6,5 milhões de famílias, mais de 52% da população atendida no quadro nacional.

Vale lembrar que ainda se verifica números elevados de famílias em descumprimento de condicionalidades do PBF, tanto na área da saúde, quanto da educação. Neste sentido, as referidas condicionalidades visam reforçar o direito de acesso às políticas de saúde, educação e assistência social, enquanto o seu monitoramento permite a identificação de riscos e vulnerabilidades que dificultam o acesso das famílias aos serviços sociais a que tem direito.

Mediante o Guia para Acompanhamento das Condicionalidades do Programa Bolsa Família (GACPBF), compreende-se por condicionalidades, os compromissos que as famílias assumem junto aos serviços de Educação, Saúde e Assistência Social, ofertados pelo poder público.

De acordo com Brasil (2010), para cada área de serviço público se estabelece os compromissos que devem ser levados em conta pela família e cumpridos, bem como na área da educação,

As crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos: a matrícula e a garantia da frequência mínima de 85% da carga horária escolar mensal. Para os adolescentes de 16 e 17 anos, além da matrícula, deve-se observar a garantia de pelo menos 75% da frequência escolar mensal (BRASIL 2010, p.12).

Já na área da saúde o Guia de condicionalidades do PBF, define como compromisso da família, ou seja, dos pais ou responsáveis,

Manter atualizado o calendário de vacinação das crianças menores de sete anos e levar as crianças para pesar, medir e serem examinadas, conforme o calendário do Ministério da Saúde. As gestantes e mães que amamentam devem participar do pré-natal e ir às consultas na Unidade Básica de Saúde. Após o parto, devem continuar o acompanhamento da própria saúde e do bebê, além de participar das atividades educativas promovidas pelas equipes de saúde sobre aleitamento e alimentação saudável (BRASIL 2010, p.28).

Por outro lado, o Guia traz como compromisso para as famílias na área da assistência social,

O compromisso é a frequência mínima de 85% da carga horária relativa às ações de convivência e fortalecimento de vínculos desenvolvidos pelos municípios para crianças e adolescentes de até 15 anos em risco de

trabalho infantil no âmbito do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) (BRASI 2010, p.46).

Vale destacar que as referidas obrigações são consideradas condicionalidades a serem cumpridas pelas famílias junto as crianças e adolescentes de 0 a 17 anos que se encontram incluídos nos serviços públicos ofertados pela gestão pública. As famílias ao descumprirem as condicionalidades do PBF ficam sujeitas a efeitos gradativos sobre seu benefício, conforme estabelecido na portaria GM/MDS n° 321/2008.

De acordo com o Guia de Acompanhamento as Condicionalidades do PBF (2010), o descumprimento de condicionalidades por crianças, gestantes/nutrizes causam os seguintes efeitos:

#### **Quadro 1 – Efeitos do descumprimento de condicionalidades por crianças, gestantes/nutrizes**

<b>Descumprimento</b>	<b>Efeitos</b>	<b>Situação do Benefício Financeiro</b>
<b>1 Registro</b>	Advertência	A família continua recebendo o benefício normalmente.
<b>2º Registro</b>	Bloqueio por 30 dias	Uma parcela de pagamento do benefício fica retida por 30 dias Após 30 dias, a família volta a receber o benefício normalmente; e a parcela bloqueada pode ser sacada.
<b>3º Registro</b>	Suspensão por 60 Dias	Duas parcelas de pagamento do benefício não são pagas à família. Após 60 dias, a família volta a receber o benefício normalmente; mas as duas parcelas relativas ao período de suspensão não são pagas à família.
<b>4º Registro</b>	Cancelamento	Parcelas do benefício que ainda não foram sacadas pela família são canceladas; Parcelas do benefício que seriam pagas à família nos meses seguintes são interrompidas; A família é desligada do PBF.

Fonte: Guia para Acompanhamento das Condicionalidades do PBF – MDS, 2010.

A partir do descumprimento das condicionalidades, se evidencia a necessidade da realização de ações que visem promover o acompanhamento dessas famílias, no sentido de buscar a recuperação de sua capacidade protetiva, além da eliminação ou redução dos riscos e vulnerabilidades sociais a que estão submetidos.

Neste sentido, a partir dos serviços ofertados pelos mecanismos da assistência, torna-se possível trabalhar de forma efetiva os aspectos tanto objetivos, quanto subjetivos referentes aos seus direitos sociais e humanos, por meio da convivência familiar e comunitária, além da segurança de acolhida, conforme determina a Política Nacional de Assistência Social (PNAS, 2004).

### **3 PERCURSO METODOLÓGICO DA PESQUISA**

#### **3.1 A concepção da metodologia**

O presente estudo trata de uma pesquisa trata de um estudo de caso no município de Jaguaruana/CE, acerca dos instrumentos utilizados no PBF e as contribuições para a superação da vulnerabilidade no município no referido município, levando em consideração a percepção dos profissionais responsáveis pelo acompanhamento ao Programa Bolsa Família (PBF), no município em estudo.

A escolha do tema para a pesquisa surgiu no momento em que foram realizadas as etapas de observações e estágios na Unidade de Atendimento do PBF em Jaguaruana. Ao tomar conhecimento do número de famílias beneficiadas no referido município pelo programa e verificar que existia um grande número de famílias em condição de condicionalidade tanto na área da educação, quanto na saúde, a situação levou-me a buscar pesquisar e conhecer a realidade em que funciona o PBF no referido município.

Assim, fomentou-se o processo de pesquisa com a seguinte indagação: “Quais os instrumentos utilizados no Programa Bolsa Família (PBF) utilizados para a superação da vulnerabilidade no Município de Jaguaruana? Que tipo de contribuição os instrumentos utilizados no PBF trazem para as famílias usuárias do referido programa, em Jaguaruana?”

A pesquisa foi realizada com os profissionais ligados ao Índice de Gestão Descentralizado (IGD), responsável pelo atendimento aos beneficiários em Jaguaruana/CE. Participaram dessas pesquisas profissionais como 02 gestores do programa, 01 cadastrador e 01 assistente social. Ao fim 04 profissionais participaram do processo de entrevista para pesquisa. Destacando que a escolha dos profissionais selecionados para pesquisa aconteceu mediante os seguintes critérios: tivesse proximidades diretamente ligadas ao processo de atendimento aos beneficiários do PBF de Jaguaruana/CE.

É bem verdade que a partir dessa pesquisa teremos uma noção a respeito dos questionamentos propostos, sabemos que existem dimensões para serem pesquisada no município no que se refere a essa temática, já que, são bem mais profissionais inseridos nesse processo, no entanto, nos remeteremos ao espaço proposto por acreditarmos que teremos informações imprescindíveis para nos dar

uma noção de conhecimento.

Como forma de oferecer subsídio para o alcance dos objetivos do estudo, se fez necessário adotar procedimentos metodológicos, viáveis e acessíveis a articulação com a questão-problema. Minayo (1994, p.16) afirma que, “a metodologia inclui as concepções teóricas de abordagem, o conjunto de técnicas que possibilitam a construção da realidade e o sopro divino do potencial criativo do investigador”.

A partir da tabulação e análise das informações coletadas por meio das entrevistas, tornou-se possível realizar a interpretação das mesmas, levando a contribuir para com a realização deste trabalho. Não se pode perder de vista que o estudo assumiu um caráter transversal, haja vista, estudar fenômenos em respectivos momentos com o propósito de analisar os reflexos dos fatores socioeconômico, cultural e político no cotidiano por meio da análise dos dados e informações abstraídas em tempo e espaço da pesquisa.

A pesquisa teve início já na elaboração do projeto de pesquisa que antecedeu a etapa de construção do estudo, no qual foi determinado o tema, a problematização, o problema e os objetivos, e possíveis teóricos que discutiam a referida temática. No segundo momento adotou-se a seleção de artigos e periódicos nas bibliotecas virtuais para a realização de leituras exploratórias acerca da compreensão sobre “Programa Bolsa Família”, “Condicionalidades” e “superação de vulnerabilidades”.

Utilizou-se no decorrer do estudo uma abordagem qualitativa do método, de forma que se primou pela importância das informações através percepção crítica e cuidadosa sobre as fontes.

Adotou-se para a leitura da realidade social a pesquisa documental, visto que a mesma utilizada de forma indireta proporciona a análise das diversas formas de documentos produzidos. Vale salientar que a disponibilidade de documentos nos meios eletrônicos a partir dos anos de 2004, proporcionou a satisfação quanto ao conhecimento abstraído acerca das políticas de assistência social.

A pesquisa teve natureza qualitativa, pois constitui-se em um estudo mais profundo de uma realidade. De acordo com Minayo (1994), trata-se do trabalho:

[...] com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores

e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis.

Como suporte para a pesquisa adotou-se o procedimento metodológico no qual se primou pela realização de entrevistas semiestruturadas<sup>1 1</sup> com os sujeitos. Vale salientar que se optou pela referida técnica por conta da necessidade de informações que só se tornam possíveis quando buscadas por meio do seguinte instrumento de pesquisa, já que são informações não disponíveis nas fontes bibliográficas e ou, documentais.

Por fim, cabe frisar que os dados foram categorizados e analisados. A pesquisa de campo ocorreu entre os meses de março a outubro de 2016.

Com as entrevistas realizadas e a partir das respostas dos participantes podemos analisar o processo de cadastramento e atendimento aos beneficiários do PBF, bem como, o cumprimento de condicionalidades e os possíveis desafios e dificuldades para acompanhamento das mesmas. Após as entrevistas realizadas foram feitas as análises de forma minuciosa e atenta às perguntas realizadas aos envolvidos.

O suporte teórico acerca da temática deu-se por meio da pesquisa bibliográfica, a partir de autores que estão presentes nas discussões recentes sobre o referido tema em questão, de forma que os resultados da pesquisa e a discussão estão organizados e apresentados posteriormente. Como forma de manter o anonimato dos entrevistados e, por se tratar de uma questão ética, dotou-se os pseudônimos: entrevistado 1, entrevistado 2, entrevistado 3 e entrevistador 4.

Vale destacar que os profissionais entrevistados foram receptivos e demonstram satisfação em contribuir para com a pesquisa por meio dos questionamentos a eles direcionados, acerca da compreensão e leitura da realidade que envolve o atendimento as famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família.

Partimos do pressuposto que os instrumentos utilizados no PBF contribuem para a superação da vulnerabilidade no município de Jaguaruana, vale salientar que para tanto, necessita do reconhecimento da situação funcional do PBF, além da atuação de profissionais comprometidos com a busca de possíveis soluções

---

<sup>1</sup> As entrevistas semiestruturadas seguem um roteiro pré-estabelecido que permita a inserção de novas perguntas caso o pesquisador perceba a necessidade.

adequadas às situações indesejadas que venham a surgir e refletir de forma negativa para a superação da vulnerabilidade no município.

De acordo com a Equipe do IGD do município de Jaguaruana, quando as famílias são cadastradas e mantêm suas informações atualizadas, o programa evidencia a leitura real da situação socioeconômica do município, criando possibilidades para a inclusão de políticas socioassistenciais, educacionais, culturais ou de inserção produtiva para o município, podendo assim, contribuir para a elevação do grau de satisfação dos munícipes, o que contribui para a melhoria da qualidade de vida dos mesmos.

### **3.2 A coleta e a análise de dados**

Neste trabalho realizamos um procedimento de coleta de dados através de entrevistas, inicialmente com o gestor do órgão competente da prefeitura municipal de Jaguaruana, referente ao programa, para fonte de informações e de levantamento. Buscamos o maior número possível de informações a respeito do Programa Bolsa Família, no sentido de analisar as contribuições que os instrumentos utilizados no PBF oferecem para a superação da vulnerabilidade dos munícipes em Jaguaruana.

Ainda se buscou através das entrevistas, identificar os problemas básicos enfrentados pela instituição no atendimento aos seus usuários, além de buscar compreender como a instituição enfrenta os problemas existentes no município.

Para tornar-se possível a análise dos dados e informações coletadas, se fez necessário o levantamento bibliográfico sobre o PBF, no sentido de instrumentalizar-se para o diálogo com as fontes, através de publicações, do tipo artigos, revistas, livros, dentre outros recursos bibliográficos, o que possibilitou a interpretação dos dados coletados.

Ainda foi de grande importância para o estudo, a pesquisa documental, realizada no banco de dados digitais do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), o que se associou a uso de dados quantitativos do Banco de Dados do Cadastro Único para Programas Sociais da Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMAS) de Jaguaruana.

O estudo de campo foi realizado na sede do município e contou com visitas

periódicas a instituição, visando obter maiores informações e garantir a qualidade da mesma, acerca da operacionalização do referido Programa no município de Jaguaruana.

Assim, como resultado da pesquisa, orientada pelos procedimentos metodológicos adotados, os leva compreender a estrutura funcional do PBF, como ainda, possibilita não só compreender os instrumentos utilizados no referido programa, como também, as contribuições que o mesmo traz para a superação da vulnerabilidade no município.

### *3.2.1 Resultados*

De acordo com os resultados do estudo torna-se possível compreender que o PBF é um programa de transferência direta de renda que beneficia as famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza, não só em Jaguaruana, mas em todo o país e que se volta a garantia de renda, inclusão produtiva e no acesso aos serviços públicos.

Levando em consideração as condicionalidades, para a população desinformada a mesma significa “punição”, para o programa, implica nos compromissos assumidos entre as famílias beneficiárias do PBF e o poder público, no sentido de garantir as famílias um maior acesso aos direitos sociais básicos.

Dessa forma, na área social se busca integrar as famílias no serviço de convivência e fortalecimento de vínculos, através do Centro de Referência da Assistência Social (CRAS), no município, enquanto na saúde se busca o acompanhamento as crianças menores de 7 anos, com o controle de vacina, peso e medida, mulheres na faixa de 14 a 44 anos, com o cuidado a saúde preventiva, além dos grupos específicos formados por gestantes ou nutrizas (lactantes). Já na educação os cuidados se voltam para o acompanhamento da frequência escolar das crianças de 6 a 15 anos, que deve ser superior a 85% e para os de 16 e 17 anos, superior a 75%.

Embora os serviços ofertados pelo IGD aos usuários do PBF tenham evoluído no decorrer dos anos e contribuído para a realização de inúmeras ações e serviços oferecidos às famílias, através de sua parceria com o poder público local, ainda é perceptível a necessidade de se desenvolver ações efetivas e eficazes a partir da

base de informação do programa para que as famílias possam capacitar-se para ampliar as oportunidades de inserção no mercado de trabalho, ou aquisição de melhores condições econômicas para que saiam da linha de pobreza extrema em que permanecem a maioria das famílias cadastradas, no decorrer de todos esses anos.

A rotatividade dos trabalhadores no programa é um fator que reflete de forma negativa, visto que não é possível garantir uma formação profissional adequada a equipe para refletir na melhoria do atendimento, na dinamização de soluções referentes aos problemas enfrentados pelos beneficiários, como ainda, na ruptura de planos de ações estratégicas para atendimento aos beneficiários do PBF, no município.

## 4 O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA NO MUNICÍPIO DE JAGUARUANA

### 4.1 A política de Assistência Social em Jaguaruana – Especificidade do PBF

#### 4.1.1 Centro de Referência da Assistência Social (CRAS)

Os Centros de Referência da Assistência Social – CRAS são, prioritariamente, os responsáveis pela execução dos serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica, além da organização e coordenação da rede de serviços socioassistenciais locais.

Os CRAS constituem-se uma unidade pública estatal de base territorial, que se localizam nas áreas de “vulnerabilidade social” delimitadas em cada município. A sua capacidade de atendimento varia de acordo com o tamanho do município, como demonstrado no quadro a seguir:

Quadro 2 – Proporção de CRAS por quantidade de famílias referenciadas e porte do município

<i>Porte dos Municípios</i>	<i>Proporção</i>
<b>Pequenos I (até 20.000 hab.)</b>	Mínimo de 1 CRAS até 2.500 famílias referenciadas
<b>Pequenos II (de 20.001 a 50.000 hab.)</b>	Mínimo de 1 CRAS para até 3.500 famílias referenciadas
<b>Médios (de 50.001 a 100.000 hab.)</b>	Mínimo de 2 CRAS, cada um para até 5.000 famílias referenciadas
<b>Grandes (de 100.001 a 900.000 hab.)</b>	Mínimo de 4 CRAS, cada um para até 5.000 famílias referenciadas
<b>Metrópoles (mais de 900.000 hab.)</b>	Mínimo de 8 CRAS, cada um para até 5.000 famílias referenciadas

Fonte: Adaptado de Brasil, 2005.

De acordo com o preconizado pelo Sistema Único da Assistência Social (SUAS), os CRAS devem prestar informação e orientação para a população de sua área de abrangência, bem como se articular com a rede de proteção social local no que se refere aos direitos de cidadania, mantendo ativo um serviço de vigilância da exclusão social na produção, sistematização e divulgação de indicadores da área de abrangência do CRAS, em conexão com outros territórios.

O referido equipamento físico da Assistência Social teve início no ano de 2006, em sede alugada, no Centro da Cidade de Jaguaruana. Com uma estrutura física inadequada ao desenvolvimento das atividades socioassistenciais, um ano

depois foi transferido para outra instalação física que ainda não correspondia às necessidades dos programas desenvolvidos no referido equipamento.

Por conta do funcionamento do antigo Polo de Atendimento a Crianças e Adolescentes em situação de riscos e vulnerabilidade social, construído pelo Programa PROARES, do governo do estado do Ceará no ano de 2005, foi visto que as ações realizadas pelo mesmo eram, no entanto, atividades que o CRAS precisaria desenvolver.

Com as políticas de fortalecimento das ações dos CRAS, em todo o estado do Ceará, a cidade de Jaguaruana, através de sua equipe de trabalho na Secretaria da Assistência Social, através das orientações da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social – STDS, converge as ações dos dois equipamentos em um único local, ou seja, desloca a equipe técnica e orientadores para o Polo de Atendimento, transformando em um CRAS de médio porte, atendendo a todo o município de Jaguaruana.

#### 4.1.2 Serviços

De acordo com a política de atendimento dos CRAS, são ofertados serviços e ações do Programa de Atenção Integral à Família – PAIF. Este programa é uma estratégia do SUAS num intento de integração dos serviços socioassistenciais e dos programas de transferência de renda. Foi criado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS, em 18 de abril de 2004 (Portaria nº 78), como parte da proposta do Plano Nacional de Atendimento Integrado à Família – PNAIF, implantado pelo Governo Federal no ano de 2003. Em 19 de maio de 2004, tornou-se ação continuada da Assistência Social, passando a integrar a rede de serviços de ação continuada da Assistência Social financiada pelo Governo Federal, através do Decreto 5.085/2004.

Segundo a referida Resolução, os serviços socioassistenciais foram organizados por níveis de complexidade do SUAS. Para o MDS (2009), na proteção social básica existem três serviços, ou seja, o Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família (PAIF), o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos; o Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas.

O PAIF tem como pressuposto que a família é o núcleo básico de afetividade, acolhida, convívio, autonomia, sustentabilidade e referência no processo de desenvolvimento e reconhecimento do cidadão e, de outro, que o Estado tem o dever de prover proteção social, respeitada a autonomia dos arranjos familiares (BRASIL, 2006, pg.28).

O PAIF consiste no trabalho social com famílias, de caráter continuado, com a finalidade de fortalecer a função protetiva das famílias, prevenir a ruptura dos seus vínculos, promover seu acesso e usufruto de direitos e contribuir na melhoria de sua qualidade de vida e prevê o desenvolvimento de potencialidades e aquisições das famílias e o fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, por meio de ações de caráter preventivo, protetivo e proativo.

O trabalho social do PAIF utilizar-se também de ações nas áreas culturais para o cumprimento de seus objetivos, de modo a ampliar o universo informacional e proporcionar novas vivências às famílias usuárias do serviço, visto que as ações não devem possuir caráter terapêutico.

De acordo com as orientações técnica do serviço, o PAIF tem enfoque na acolhida; estudo social; visita domiciliar; orientação e encaminhamentos; grupos de famílias; acompanhamento familiar; atividades comunitárias; campanhas socioeducativas; informação, comunicação e defesa de direitos; promoção ao acesso à documentação pessoal; mobilização e fortalecimento de redes sociais de apoio; desenvolvimento do convívio familiar e comunitário; mobilização para a cidadania; conhecimento do território; cadastramento socioeconômico; elaboração de relatórios e/ou prontuários; notificação da ocorrência de situações de vulnerabilidade e risco social; busca ativa.

O Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV) é o serviço realizado em grupos, organizado a partir de percursos, de modo a garantir aquisições progressivas aos seus usuários, de acordo com o seu ciclo de vida, a fim de complementar o trabalho social com famílias e prevenir a ocorrência de situações de risco social. É uma forma de intervenção social planejada que cria situações desafiadoras, estimula e orienta os usuários na construção e reconstrução de suas histórias e vivências individuais e coletivas, na família e no território.

O serviço se organiza de modo a ampliar trocas culturais e de vivências, desenvolver o sentimento de pertença e de identidade, fortalecer vínculos familiares

e incentivar a socialização e a convivência comunitária. Com caráter preventivo e proativo, pautado na defesa e afirmação dos direitos e no desenvolvimento de capacidades e potencialidades, busca o alcance de alternativas emancipatórias para o enfrentamento da vulnerabilidade social.

O SCFV trabalha com acolhida; orientação e encaminhamentos; grupos de convívio e fortalecimento de vínculos; informação, comunicação e defesa de direitos; fortalecimento da função protetiva da família; mobilização e fortalecimento de redes sociais de apoio; informação; banco de dados de usuários e organizações; elaboração de relatórios e/ou prontuários; desenvolvimento do convívio familiar e comunitário; mobilização para a cidadania.

Os municípios já realizavam o serviço conhecido como grupo de convivência do idoso que se restringia a dança, bingo e lanche (café). Dentro da política social a lógica é o desenvolvimento da participação política, da garantia dos direitos de cidadania que lhe são inerentes, entre outros. O SCFV abrange ainda outras faixas etárias.

O Serviço de Proteção Social Básica no Domicílio para Pessoas com Deficiência e Idosas (SPSBDPDI), tem por finalidade a prevenção de agravos que possam provocar o rompimento de vínculos familiares e sociais dos usuários. Visa a garantia de direitos, o desenvolvimento de mecanismos para a inclusão social, a equiparação de oportunidades e a participação e o desenvolvimento da autonomia das pessoas com deficiência e pessoas idosas, a partir de suas necessidades e potencialidades individuais e sociais, prevenindo situações de risco, a exclusão e o isolamento.

Dessa forma o trabalho social no serviço mencionado assume caráter de proteção social proativa; Acolhida; Visita familiar; Escuta; Encaminhamento para cadastramento socioeconômico; Orientação e encaminhamentos; Orientação sociofamiliar; Desenvolvimento do convívio familiar, grupal e social; Inserção na rede de serviços socioassistenciais e demais políticas; Informação, comunicação e defesa de direitos; Fortalecimento da função protetiva da família; Elaboração de instrumento técnico de acompanhamento e desenvolvimento do usuário; Mobilização para a cidadania; Documentação pessoal.

Para Afonso (2006, p.67), as atividades dos programas sociais, em todos os níveis de proteção, devem ser desenvolvidas em uma proposta intersetorial.

Enquanto na proteção social básica essa intersectorialidade é mais facilmente divisada na articulação da rede existente no território, a proteção social especial está estreitamente ligada ao sistema de garantia de direitos, mas deve também contar com ações intersetoriais nas áreas de inclusão produtiva, saúde, educação, esporte e cultura.

Ainda podem ser operacionalizados nos CRAS os programas, projetos, benefícios e serviços, como demonstra o quadro a seguir:

Quadro 3 - Serviços, benefícios, programas e projetos que podem ser realizados nos CRAS ou estar referenciados no território de abrangência.

<i>Serviços</i>	<i>Benefícios</i>	<i>Programas e projetos</i>
<b>Socioeducativo gerenciais, intergeracionais e com famílias</b>	Transferência de Renda (Bolsa Família)	Capacitação e promoção da inserção produtiva
<b>Sócio comunitário</b>	Transferência de Renda (outros)	Promoção da inclusão produtiva para beneficiários do Programa Bolsa Família – PBF e no Benefício de Prestação Continuada – BPC
<b>Reabilitação na Comunidade</b>	Benefício de Prestação Continuada	Projetos e Programas de Enfrentamento à Pobreza
<b>Outros</b>	Benefícios eventuais – assistência em espécie ou material	Projetos e Programas de Enfrentamento à Fome
	Outros	Grupos de Proteção e Economia Solidária Geração de Trabalho e Renda

Fonte: Adaptado de SUASWEB/ Departamento de Proteção Social Básica. Disponível em: [www.mds.gov.br](http://www.mds.gov.br)

A situação a seguir sintetiza o quadro situacional do CRAS em Jaguaruana a partir dos benefícios, programas e/ou serviços que são efetivamente implementados no equipamento e que se traduz na prática as previsões normativas do Programa Bolsa Família (PBF) e Cadastro Único, no referido Município, quadro 3.

Quadro 4 - Famílias inscritas no Cadastro Único em Jaguaruana-CE, no ano de 2015

<i>Renda Per capita mensal</i>	<i>Nº famílias</i>	<i>Nº de pessoas</i>
<b>0,00 até R\$ 77,00</b>	5.792	16.686
<b>R\$ 77,01 até 154,00</b>	722	2.605
<b>R\$ 150,01 até ½ salário mínimo</b>	1.706	5.177
<b>Acima de ½ salário mínimo</b>	1.000	1.763

Fonte: RI Bolsa Família e Cadastro Único. Jaguaruana-CE, setembro, 2015.

De acordo com a situação apresentada anteriormente, o Programa Bolsa Família realizou o cadastro de 9.220 famílias, totalizando uma população de 26.231 pessoas, de forma que destes, 5.802 famílias foram beneficiadas com o programa de transferência de renda, por meio do PBF (RI Bolsa Família e Cadastro Único, 2015).

De acordo com o Relatório de Informações (RI) do Bolsa Família (2015), no município de Jaguaruana o quantitativo de famílias atendidas pelo PBF, de acordo com os tipos de benefícios, são os seguintes: Benefício Básico (5.841 famílias); Benefícios Variáveis (6.027 famílias); Benefício Variável Jovem – BVJ, (1.046 famílias); Benefício Variável Nutriz – BVN, (114 mulheres); Benefício Variável Gestante – BVG, (128 mulheres) e Benefícios de Superação da Extrema Pobreza – BSP, (2.888 beneficiários).

Vale salientar que de acordo com o demonstrativo do RI Bolsa Família e Cadastro Único, do município de Jaguaruana, no que concerne a condicionalidade do BF, referente a educação, registra-se atualmente, 230 crianças/adolescentes, entre 06 a 15 anos com frequência abaixo da exigida que é de 85% e, 170 adolescentes, entre 16 e 17 anos com frequência abaixo da exigida, que é de 75%, além de ainda registrar-se 33 casos de crianças que não apresentou nenhuma informação na frequência (IR Bolsa Família; Cadastro Único, 2015).

Mediante a situação acima mencionada, o CRAS atendeu neste ano de 2015 através do Programa de Apoio Integral as Famílias (PAIF), a 278 famílias, destas, de acordo com a equipe técnica, 67 famílias são acompanhadas de acordo com as condicionalidades referentes à infrequência escolar, resultantes em bloqueios e suspensões dos benefícios do PBF.

De acordo com o registro de atendimento do equipamento, no mês de setembro foram realizados 29 atendimentos coletivos e 07 atendimentos individualizados, o que evidencia o pouco caso por parte das famílias, quanto à continuidade dos serviços ofertados pelo CRAS, às famílias em descumprimento das condicionalidades, visto que não há obrigatoriedade para a família participar das ações realizadas pelo equipamento.

Dessa forma, o protocolo de gestão integrada Art. 20 (Manual de Orientações Técnicas, 2010), afirma que:

O acompanhamento às famílias do PBF e PET que estão em suspensão dos benefícios em dois meses deverá ter caráter mais particularizado, tendo seu acesso garantido por meio de busca ativas, de modo a assegurar os direitos das crianças, adolescentes e jovens, bem como, a segurança de renda da família. As demais famílias deverão ser acompanhadas por meio de atividades de caráter mais coletivo (BRASIL - Orientações Técnica, 2010, p.35).

Dessa forma, o acompanhamento das condicionalidades pela equipe técnica do CRAS, no município de Jaguaruana, vem sendo realizado de acordo com a política do PBF, embora se perceba que o mesmo deixa a desejar, no que diz respeito a continuidade do acompanhamento junto as famílias, visto que muitas destas famílias não apresentam interesse em continuar participando das ações desenvolvidas pelo equipamento.

#### **4.2 Serviços desenvolvidos pelo Assistente Social no Bolsa Família**

O Programa Bolsa Família no Município de Jaguaruana existe desde da origem no ano de 2004, porém no município criou um programa de gestão no ano de 2013 quando o atual gestor assumiu melhorando a estrutura bem como o atendimento; prédio próprio, salas individuais para o gestor e também para assistente social garantindo aos usuários um atendimento personalizado.

Entre as principais ações e serviços ofertados está o cadastro único. Na oferta do serviço existem normas que a unidade busca cumprir junto ao sistema no contexto de possibilitar e auxiliar famílias. Inserindo o maior número de usuários, apesar de problemas como constituições de novas famílias de adolescentes entre 13 a 17 anos, que fica difícil encaixar no perfil.

O Programa Bolsa Família de Jaguaruana, tem a missão de prestar o melhor serviço de atendimento às famílias com perfil dentro do cadastro. A gestão também tem a visão que o programa é assistencialista, mas que precisa ajudar as famílias a saírem da vulnerabilidade cultivando valores que precedem o serviço público. O público atendido pelo programa são as famílias em grande vulnerabilidade social. O objetivo é atingir 100% de atendimento ou contemplar famílias com perfil do cadastro único de acordo com as especificidades.

Para testar o nível de qualidade dos serviços prestados pela instituição, o gestor verifica usando serviços de comunicação como, rádio, visitas as comunidades, conversa com os usuários, informando e corrigindo alterações novas,

descentraliza serviços e oferece atendimento diário. Quem avalia as ações da Organização em Jaguaruana são; os conselhos da Assistência Social, do Programa Bolsa Família e a própria população. Portanto hoje O programa Bolsa Família em Jaguaruana conta com um (01) gestor municipal e dez (10) colaboradores operando cinco (05) sistemas, com uma cota variável de famílias beneficiárias, com um repasse de um milhão de reais por mês.

Os principais problemas enfrentados pela instituição no atendimento aos usuários, percebidos durante a entrevista com o gestor foram: descumprimento das condicionalidades, desatualização das informações da situação familiar, pouca rotatividade e a desqualificação profissional.

A situação a seguir sintetiza o quadro situacional do Programa Bolsa Família (PBF) em Jaguaruana a partir dos benefícios, programas e/ou serviços que são efetivamente implementados no equipamento e que se traduz na prática as previsões normativas do referido programa e Cadastro Único, no citado Município.

Levando em consideração que o PBF é um programa que lida com condicionalidades nas áreas da saúde, educação e assistência social, se faz necessário dentro desse contexto a participação do profissional Assistente Social, no acompanhamento as famílias beneficiárias em descumprimento das obrigações definidas pelo Guia de Condicionalidades do PBF (2010).

Neste sentido questionou-se a assistente social acerca da percepção da mesma sobre o trabalho do assistente social no acompanhamento ao PBF no Município de Jaguaruana, e a mesma, aponta que, as ações desenvolvidas pelo assistente social implica em um trabalho efetivo junto aos beneficiários do PBF que se encontram fragilizados por se encontrarem em descumprimento, ou seja, às portas de uma punição, com a suspensão do seu benefício, por sua vez, o profissional acolhe, escuta e busca junto a família estabelecer ações que os levam a integrar-se nos serviços disponibilizados, o que favorece as mesmas, o acesso aos serviços, que em geral, estão privados de atendimento.

Neste contexto, a família quando questionada se conhecia o trabalho desempenhado pelos assistentes sociais, as mesmas não hesitaram em afirmar unanimemente que os profissionais da assistência social, acolhem, conversam visitam, sempre que há necessidade e que percebem como sendo o trabalho do assistente

social, orientar as famílias e acompanhar quando são notificados por motivos das crianças apresentarem número de faltas superior ao exigido pelo programa.

Já para outros profissionais que trabalham na unidade de atendimento local, quando perguntado acerca da importância do trabalho do assistente social no PBF e a importância do programa para as famílias, os mesmos deixam claro que a atuação do assistente social contribui para que as famílias estabeleçam o cumprimento de suas condicionalidades, além de ampliar o acesso a inúmeros serviços oportunizado na rede de atendimento da assistência social, através do CRAS, como ainda, possibilita à família o acesso aos benefícios financeiros, o que tem representado para a família condição vital para o suprimento de suas necessidades básicas, assim como, representa para o comércio local um suporte financeiro, já que todos o dinheiro repassado pelos Programas de Transferência de Renda (PTR), como é o Bolsa Família, circula no comércio local, beneficiando diretamente as famílias e comércio local.

Quando perguntado a família acerca dos serviços do assistente social junto as famílias, 100% das entrevistadas apontaram as visitas domiciliares e o acompanhamento através de ações realizadas no CRAS, como sendo uma das principais ações que as mesmas realizam dentro do PBF. Neste sentido, a assistente social complementa, a percepção da família, apontando que o assistente social contribui ainda mais para o alcance dos objetivos do PBF junto as famílias, a partir do desenvolvimento de ações que o profissional assistente social realiza tomando como referência o território e a vulnerabilidade do público alvo, dessa forma, se otimiza os serviços e focaliza-se na eficiência e eficácia das ações junto aos beneficiários que necessitam dos referidos atendimentos e acompanhamento por tempo determinado.

De acordo com o gestor do PBF local, os casos em que as famílias são notificadas com a suspensão do benefício, implica na reincidência de descumprimento de condicionalidades e para tanto, o atendimento prioritário dar-se no equipamento de assistência social, ou seja o CRAS, onde são realizados os serviços de convivência e fortalecimento de vínculos, além do Programa de Apoio Integral as Famílias, dessa forma, a família reestabelece seus compromissos para com o PBF e através do acompanhamento realizado por meio do assistentes social, se estabelece o recebimento dos proventos referentes ao benefício.

Quando buscado compreender a importância atribuída pelos demais trabalhadores no PBF, acerca da importância do trabalho da assistente social, ambos entrevistados reconhecem a importância da atuação multiprofissional dentro do PBF, e ressaltam que superar a situação em que se encontram as famílias beneficiárias do referido programa é desafiador, porém, o trabalho comprometido e eficaz que vem sendo realizado no cotidiano, junto as famílias e a equipe gestora, os resultados tendem a fluir, mesmo que aos poucos, mas a realidade vem sendo modificada.

Quando indagados gestor e trabalhadores do PBF sobre a importância da base de dados local atualizada, os mesmos apresentam consenso na afirmação de que os referidos dados possibilitam uma leitura real da situação do município, isso não só possibilita ao gestor municipal realizar ações que venham a mudar a realidade, como ainda, se tornam fonte de orientação para o desenvolvimento de políticas públicas nas diversas áreas de assistência a sociedade.

É fato que o assistente social é um profissional preparado para lidar com a questão social, no entanto, acompanhar a família no contexto de suas necessidades, descumprimentos de condicionalidades e suspensão de benefícios, implica ir além da questão, e para tanto, a permanência do profissional assistente social no atendimento as famílias no PBF, tornou-se indispensável tanto para a efetivação das políticas públicas de assistência às referidas famílias, como para os beneficiários que se encontram em situação de vulnerabilidade e risco social, associados a extrema pobreza, o que os deixa no limite da sobrevivência.

#### **4.3 Relevância do estudo para os acadêmicos**

Levando em consideração que a pesquisa é uma ferramenta que proporciona a aquisição de conhecimentos através da prática e ou, teoria, deter-se a aprofundar uma discussão acerca de determinadas temáticas resulta em especializar-se no assunto em que explora através da pesquisa. Nesse sentido, toda e qualquer pesquisa contribui para a melhoria da atuação do pesquisador, enquanto profissional da área em estudo.

Do ponto de vista da pesquisa acerca dos instrumentos utilizados no PBF e as contribuições para a superação da vulnerabilidade no município de Jaguaruana, apropriar-se de tal assunto no papel de acadêmica em Administração Pública, é com

certeza, promover um aprendizado consistente e coerente para com a formação profissional, visto que levará a entender as políticas públicas enquanto ações governamentais, de origem constitucional, que possuem o escopo de garantir o acesso efetivo da população aos direitos constitucionais que, muitas vezes, tão somente cidadãos que dispõem de mais recursos têm acesso.

Dessa forma, torna-se possível apropriar-se da compreensão de que uma política pública deve ser pensada a partir do diagnóstico dos problemas que demandam intervenção governamental e, é evidente que países a exemplo do Brasil, que se enquadra entre os subdesenvolvidos, embora se coloque no plano do desenvolvimento, possuem a real necessidade de criação e implementação de políticas públicas em sua estrutura, em face de sua realidade social.

De posse da vasta literatura a que o pesquisador se apropria, associado aos dados e informações no banco de dados do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDSCF), é notório que o pesquisador tornar-se-á um profissional competente para lidar com as questões referentes ao programa.

Quando realizada a convergência de ideias entre a equipe e instituição, na qual se desenvolveu a pesquisa, o momento tornou-se experiências concretas de vivência para os futuros gestores, propiciando conhecimentos que auxiliam na identificação dos serviços. Contudo colocamos em pauta a atuação e o desenvolvimento das atribuições localizadas no âmbito da avaliação, elaboração e execução de políticas públicas que a instituição desenvolve, e seus conhecimentos de administração nas diretrizes.

Essa interação equipe e instituição configuram-se também como um aprendizado orientado numa dimensão de ensino-aprendizagem operacional que se caracteriza pela intervenção, tanto em relação aos instrumentais técnicos utilizados no decorrer dos atendimentos, tais como: acompanhamento, preenchimento e encaminhamento dos documentos relativos aos serviços e ações ofertadas pelo programa. Como no atendimento a essas famílias se é de forma satisfatória, e o quanto contribui para a melhoria das condições socioeconômicas.

Tais considerações proporcionam aos pesquisadores apropriar-se das reais condições para torna-se um profissional qualificado para atuar no referido campo de ação.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tendo em vista que a auto avaliação é um processo que resulta do senso crítico do aluno, a mesma tem como Objetivo: desenvolver o senso crítico do pesquisador quanto a si mesmo e levá-lo a refletir sobre seus atos enquanto acadêmico e cidadão.

Neste sentido em cada etapa de estudo a aprendizagem construída no decorrer do curso tem proporcionado satisfação, visto que o contato com todos os conceitos e definições associados aos encontros presenciais contribuíram para um aprendizado satisfatório acerca das políticas públicas.

Partindo do princípio de que a metodologia AED representa para o cenário educacional uma estratégia de inclusão dos acadêmicos que apresentam limitações sejam físicas ou pessoais para frequentarem as salas de aula das universidades regulares, os recursos que as plataformas vem disponibilizando para o acesso dos alunos, associados aos encontros presenciais com seus tutores, tem proporcionado um elevado nível de qualidade do ensino, visto que tal resultado se reflete na satisfação dos acadêmicos, pelo aprendizado obtido.

No que concerne ao estudo sobre os instrumentos utilizados no Programa Bolsa Família e as contribuições para a superação da vulnerabilidade no município de Jaguaruana, foi possível através dos teóricos considerar que:

As Políticas de Assistência Social ao longo de muitos anos foram subsidiadas por assistências voltadas a caridade, configurando-se em certo momento com o cuidado a saúde dos beneficiários.

Embora as políticas de assistência social tenham passando por grandes reformas e transformações recentes, o seu fazer profissional embora preconizando a universalidade dos serviços, o caráter punitivo assumido pela referida política, evidencia a exclusão de minorias.

Com a valorização do trabalho do assistente social do desenvolvimento das políticas de saúde, educação e assistência social, tal profissional tornou-se necessário por conta de sua preparação para lidar com as questões sociais, razão pela qual considerou-se indispensável no acompanhamento as famílias beneficiárias do PBF, em descumprimento as condicionalidades, o que contribuiu para evoluído o

serviço do assistente social junto as famílias para a superação das situações de vulnerabilidade em que se encontra as famílias em Jaguaruana.

O PBF representa um modelo típico das políticas sociais contemporâneas, e sua operacionalização revela práticas burocráticas que reforçam a vigilância e o controle dos mais pobres. Dessa forma, o olhar tridimensional do assistente social para tais famílias, tem possibilitado a evolução dos serviços dos mesmos, no sentido de intervir nas situações de vulnerabilidade em que se encontra as famílias em Jaguaruana, através do encaminhamento as crianças, aos serviços disponibilizados pelo CRAS, no município.

Percebe-se que as parcerias elucidadas entre IGD, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e SENAC-CE, inúmeros cursos de iniciativa profissional foram realizados no município, contemplando componentes familiares, no sentido de favorecer a inclusão destes ao mercado de trabalho e posteriormente, o acesso a melhoria da renda familiar, fato que reflete na melhoria de vida dos beneficiários do PBF.

Os profissionais do PBF, bem como, os assistentes sociais possuem um olhar sobre o território e as suas vulnerabilidades, o que proporciona a realização de ações que promovam a superação da situação indesejada, em uma realidade esperada, utilizando como instrumento de acolhida, o CRAS, através dos serviços de convivência e fortalecimento de vínculos (SCFV), além do Programa de Apoio Integral as Famílias (PAIF).

No entanto, as especificidades que constituem as políticas de assistência social, associadas aos desafios que enfrentam as famílias em seus territórios, colocam em evidencia a necessidade de intervenções e acompanhamento de profissionais que lidem com a questão social, o que de acordo com os teóricos, privilegia-se o assistente social.

Para tanto, verificou-se que o PBF em parceria com o governo municipal, através das secretarias de educação, cultura, saúde e assistência social, articulam parcerias que culminam na realização de ações estratégicas, tanto para a preparação para a iniciativa profissional, quanto para orientação ao acesso as políticas de assistência, refletindo na minimização do grau de vulnerabilidade em que se encontram grande parte das famílias beneficiárias do referido programa, no Município de Jaguaruana.

Ainda é possível detectar que a partir da utilização dos instrumentos do BBF, o município tem apresentando uma redução nos percentuais de evasão e reprovação de crianças e adolescentes na escola, como também, tem sido registrado uma elevada procura por parte dos adultos, a Educação de Jovens e Adultos (EJA). Tais resultados impactam diretamente na condição de vulnerabilidade da população Jaguaruanense, mais especificamente, àquelas famílias que apresentam baixo nível de escolaridade e que na maioria das vezes, são as que se encontram sob condicionalidade do PBF.

No entanto, percebe-se que cada vez se torna maior a necessidade de articular os instrumentos do referido programa com a política de educação, no sentido de minimizar cada vez mais, o índice de analfabetismo na população adulta do município de Jaguaruana, uma vez que a mesma reflete diretamente na qualidade de vida da população.



## REFERÊNCIAS

AFONSO, M.L. **Cadernos de Assistência Social: trabalhador**. Belo Horizonte: NUPASS, 2006.

BICHIR, R. M. **O Bolsa Família na Berlinda?** Os desafios atuais dos programas de transferência de renda. *Novas estud.* CEBRAP, São Paulo, n. 87, p. 115-120, jul. 2010.

BRASIL, Ministério do Desenvolvimento Social. **Perfil das famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família**. Brasília, 2007. Disponível em, <http://www.mds.gov.br/>. Consultado em 05 out. 2016

\_\_\_\_\_, Lei No 10.836, de 9 de janeiro de 2004. Cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 12 jan. 2004.

CARNELOSSI, B. O trabalho do assistente social no Programa Bolsa Família: desafios ao Código de Ética profissional. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 125, p. 124-147, jan./abr. 2016.

CONSELHO REGIONAL DE SERVIÇO SOCIAL DE SÃO PAULO (CRESS). **Manifesto pelo fim das condicionalidades do Programa Bolsa Família**. São Paulo: CRESS-SP, 2012.

COTTA, T. C; PAIVA, L. H. **O Programa Bolsa Família e a Proteção Social no Brasil**, P. 57 – 101. In: *Bolsa Família 2003 – 2010: Avanços e Desafios*. Vol. 1. Brasília 2010.

ESTRELLA, J; RIBEIRO, L. M. **Qualidade da gestão das condicionalidades do Programa Bolsa Família**: Uma discussão sobre o índice de gestão descentralizada. *Ver. Adm. Pública*, Rio de Janeiro, V 42, n° 3, P. Julho 2008.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6ª ed. São Paulo: Atlas, 2009.

HALL, A. **From Fome Zero to Bolsa Família**: Social Policies and Poverty Press, 2006.

**INFORMATIVO DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME**. Abril de 2004, n.01. In: [www.fomezero.org.br](http://www.fomezero.org.br), acesso: 22/01/2017

MEDEIROS, M. R. A. **Condicionalidades nos programas de transferência de renda: tensão entre direitos e controle dos pobres**. 2008. Tese (Doutorado em Serviço Social) — Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

MINAYO, M. C. S. (org.). **Ciência, Técnica e Arte: O desafio pesquisa social**. In: Pesquisa social; Teoria, Método e criatividade. 22ª ed. Petrópolis: Vozes, 1994.  
MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. **Política Nacional de Assistência Social**. Brasília: Secretaria Nacional de Assistência Social, 2004.

RAICHELIS, R. Intervenção profissional do assistente social e as condições de trabalho no Suas. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 104, dez. 2010.

SANTOS, W. G. Cidadania e Justiça. Rio de Janeiro: Campus 1979.

SILVA, M. O. S, et. al. **Comunidade Solidária: o não enfrentamento da pobreza no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2001.

SILVA, M. O. YASBEK, M. C. DI GIOVANNI, G. A política social brasileira no século XXI: A Prevalência dos programas de transferência de renda. São Paulo: Cortez Editora, 3ª edição, 2007.

SPOSATI, A. Tendências latino-americanas da política social pública no século 21. **Katálisis**, Florianópolis, v. 14, n. 1, jan./jun. 2011.

SOARES E SÁTYRO, op. Cit; Políticas sociais: acompanhamento e análise. Brasília, 2005. Disponível em, <http://www.ipea.gov.br/portal/>. Acesso em: 14 out. 2016.

VIEIRA, E. **Os Direitos e a política social**. São Paulo: Cortez, 2004.

## APÊNDICE A



Ministério da Educação – MEC  
 Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro Brasileira  
 Diretoria de Educação Aberta e a Distância – DEAAD  
 Programa Nacional de Administração Pública – PNAP

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

Prezado (a) senhor (a): \_\_\_\_\_.

Gostaria de convidá-lo (a) para participar de uma pesquisa intitulada: **OS INSTRUMENTOS UTILIZADOS NO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E AS CONTRIBUIÇÕES PARA A SUPERAÇÃO DA VULNERABILIDADE NO MUNICÍPIO DE JAGUARUANA – CE.**

Este estudo está sendo realizado pela pesquisadoras: Ana Paula Mendes Araújo, Maria Ângela da Silva, graduanda do Curso de Bacharelado em Administração Pública da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro Brasileira, e orientado pela professora, (a) Ma. Maria Aparecida Silva. Tem como objetivo analisar as contribuições que os instrumentos utilizados no PBF oferecem para a superação da vulnerabilidade dos munícipes no município de Jaguaruana, bem como, identificar os principais problemas enfrentados pela instituição no atendimento aos usuários do Programa Bolsa família; conhecer o programa Bolsa Família em seus diferentes aspectos funcional e, compreender como a organização responsável pelo programa Bolsa Família enfrenta os problemas existentes.

Sua participação consistirá em preencher um questionário com perguntas referentes ao tema, com duração aproximadamente 30 minutos. Posteriormente as informações fornecidas serão avaliadas.

Eu \_\_\_\_\_,

tendo recebido as informações acima e ciente dos meus direitos, tais como:

- A garantia de receber todos os esclarecimentos sobre as perguntas, antes e depois dos grupos focais podendo afastar-me em qualquer momento se assim o desejar, bem como estar assegurado o sigilo das informações por mim reveladas;
- A segurança de que não serei identificado, assim como está assegurada a pesquisa não trará prejuízo a mim e a outras pessoas.
- A segurança que não terei nem uma despesa financeira durante o desenvolvimento da pesquisa.
- A garantia de que todas as informações por mim fornecidas serão utilizadas apenas na construção da pesquisa e ficará sob a guarda do pesquisador, podendo ser requisitada por mim a todo o momento.
- Concordo participar da referida pesquisa.

Participante da pesquisa ou responsável legal:

\_\_\_\_\_

Jaguaruana-CE, \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de 2017

Pesquisador responsável: Maria Ângela da Silva

Orientadora (a): Prof. (a) Maria Aparecida Silva

## **APÊNDICE B**

### **Entrevista com Assistente Social**

Nome: \_\_\_\_\_ Sexo: \_\_\_\_\_

Tempo de trabalho: \_\_\_\_\_ Local de Trabalho: \_\_\_\_\_

1 – Na sua percepção como tem evoluído o trabalho do Assistente Social dentro do Programa Bolsa Família no município de Jaguaruana?

\_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_

2 – Até que ponto o serviço do Assistente Social dentro da política de assistência social pode efetivamente contribuir para o alcance dos objetivos do PBF?

\_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_

3 - Em que grau as ações propostas e desenvolvidas pelo IGD e CRAS têm refletido na superação da situação indesejada, vivenciada pelos beneficiários do PBF?

\_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_

4 – Que tipo de intervenção realiza o Assistente Social junto as famílias beneficiárias do PBF no município de Jaguaruana?

\_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_  
 \_\_\_\_\_

5 – O que poderá fazer o Assistente Social junto as famílias do PBF para que as mesmas superem a situação de vulnerabilidade em que se encontram?

---



---



---



---

## APÊNDICE C

### Entrevista com o gestor do Índice de Gestão Descentralizada (IGD)

Nome: \_\_\_\_\_ Tempo de trabalho: \_\_\_\_\_

Função: \_\_\_\_\_ local: \_\_\_\_\_

1 – Enquanto gestor do PBF no município de Jaguaruana, qual as ações que o programa pode desenvolver junto as famílias beneficiárias, dentro do município?

---



---



---



---

2 – Qual a relação do Centro de Referência da Assistência Social – CRAS com o PBF?

---



---



---



---

3 – Qual a importância da atualização da base de dados do PBF para o município de Jaguaruana?

---



---



---



---

4 – Como o PBF pode ser avaliado pelo município de Jaguaruana? Comente:

---



---



---

---



---

5 – Descreva o processo realizado com uma família em descumprimento as condicionalidades do referido programa. Quem acompanha o cumprimento das condicionalidades no decorrer do cumprimento dos serviços?

---



---



---



---

## APENDICE D

### Entrevista com o cadastrador do PBF

Nome: \_\_\_\_\_ Tempo de trabalho:

\_\_\_\_\_

Função: \_\_\_\_\_ Local de trabalho:

\_\_\_\_\_

1 – Enquanto cadastrador, qual a sua percepção acerca do PBF para as famílias no município de Jaguaruana?

---



---



---



---

2 – Que tipo de ação é desenvolvido pelo PBF junto as famílias?

---



---



---



---

3 – Na sua percepção qual a importância do trabalho do Assistente Social dentro do PBF?

---



---



---



---

4 – Qual a importância da base de dados do PBF para o município?

---



---

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

5 – Na sua opinião o PBF contribui para a superação da pobreza no município de Jaguaruana? Comente:

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

## APENDICE E

### Entrevista com famílias beneficiárias do PBF

Nome: \_\_\_\_\_ Idade: \_\_\_\_\_

Número de filhos: \_\_\_\_\_ Escolaridade: \_\_\_\_\_

1. A família é beneficiária do Programa Bolsa Família (PBF) a:

- 1 ano
- 2 a 3 anos
- 4 a 5 anos
- mais de 5 anos

2. A família já teve contato com a assistente social do PBF?

- 1 vez por motivo de falta da criança a escola
- 1 vez por motivo de condicionalidades da saúde
- Recebeu visita domiciliar
- Nunca

3. Se a família foi atendida alguma vez pela Assistente Social, responda:

- Qual a importância do trabalho deste profissional para a família?

- Orientar sobre os gastos com o benefício
- Liberar recursos bloqueados
- Trabalhar o comportamento da família
- Realizar trabalhos socioeducativos com a família

4. Se a família nunca foi atendida pelo Assistente Social, responda:

- Sobre a importância deste profissional no PBF.

- Acredito que será de grande importância quando a família necessitar
- Acredito que não será necessário o serviço do assistente social
- Não sei o que dizer
- Sei mas não quero falar

5. Como você avalia a atuação do assistente social no PBF no seu município?

- Excelente ( o profissional é atuante e a comunidade conhece seu trabalho)

- Ótima (Quando fui atendida pela mesma recebi a atenção necessária e satisfatória)
- Boa (Não vejo as pessoas falarem mal do trabalho da assistente social).
- Ruim (Não oferece o suporte necessário às famílias que procuram ou que são visitadas).